

O povo indígena Arara-Karo de Rondônia: cenários históricos e a colonização na Amazônia Brasileira

The Arara-Karo ethnic indigenous people from Rondônia: historical scenarios and the Brazilian Amazon colonization

Maria Isabel Alonso Alves*
Heitor Queiroz de Medeiros*

DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/2318-1982-2016-v.21-n.43\(11\)](http://dx.doi.org/10.20435/2318-1982-2016-v.21-n.43(11))

Resumo

Trata-se de um desdobramento de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB) que objetiva verificar a produção das identidades/diferenças das mulheres/professoras/indígenas da etnia indígena Arara-Karo localizada no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, Brasil. Este texto apresenta um breve cenário histórico sobre a constituição do povo Arara-Karo e sua relação com o processo de colonização da Amazônia brasileira. São reflexões que buscam se aproximar das questões ligadas à colonização da região amazônica. Assim, o argumento principal do texto refere-se à ideia de que os deslocamentos e ressignificações nos modos de organização, no contexto social ou cultural das populações indígenas, especificamente os Arara-Karo foi intensificado com o processo de colonização. A produção de dados desta pesquisa se constitui a partir de revisões bibliográficas a respeito do processo de colonização amazônica, considerando a colonização na constituição recente do povo Arara-Karo, bem como entrevista narrativa com uma professora Arara-Karo.

Palavras-chave

Colonização; Amazônia brasileira; povo Arara-Karo.

Abstract

This is a research unfolding development in the Postgraduate Diploma in Catholic University of Education Program Dom Bosco (PPGE/UCDB) which aims to verify the production of identities/differences of women/teachers/indigenous ethnic Arara-Karo located in the city of Ji-Paraná, Rondônia, Brazil. This paper presents a brief historical background on the establishment of the Arara-Karo people, and its relation to the process of colonization of the Brazilian Amazon. Reflections are seeking to approach the issues colonization of the Amazon region. Thus the text of the main argument refers to the idea that the displacement and reinterpretation in the organization modes are social or cultural context of indigenous peoples, specifically the Arara-Karo was intensified with the process of colonization. The production data of this research is constituted from literature reviews about the Amazon colonization process, considering the colonization in the recent constitution of the Arara-Karo people, as well as narrative interview with a Arara-Karo teacher.

Key words

Colonization; brazilian Amazon; people Arara-Karo.

* Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O texto em questão apresenta possibilidades de entender a relação do processo de colonização Amazônica no Brasil com a história e constituição do povo Arara-Karo, especificamente fatos históricos que compõem possíveis deslocamentos (físicos e culturais) dessa etnia indígena. Como estratégia de pesquisa, destacamos a utilização de estudos bibliográficos que representam a possibilidade de revificar alguns argumentos disponíveis sobre a história regional que contempla a história dos povos indígenas presentes na Amazônia legal brasileira, dentre os quais destacamos Becker (2005), Neves (2009), Fonseca (2008) e outros. Também destacamos a entrevista narrativa segundo as abordagens metodológicas apontadas por Andrade (2012, p. 174) a qual afirma que a “produção do sujeito se dá no âmbito da linguagem, na relação com as forças discursivas que o nomeiam e governam, [...] no qual se produz e se nomeia o sujeito”. Tendo em vista a possibilidade do estudo sobre o povo indígena Arara-Karo, os cenários e a colonização amazônica, utilizamos conceitos que buscam inferir sobre os processos de colonização da Amazônia levando em consideração os povos indígenas presentes. Assim, o texto em questão aborda, de forma breve, a história da colonização Amazônica, do povoamento não indígena e da localização atual onde se encontra a cidade de Ji-paraná, além de buscar discorrer sobre os modos de vida Arara-Karo de Rondônia.

2 AS IMPLICAÇÕES DA COLONIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

A origem do sistema-mundo capitalista foi produzida pela *competência econômica interimperial* entre os europeus no final do XV, a partir da expansão colonial europeia a fim da necessidade de encontrar mais rotas para o comércio com o Oriente o que, na perspectiva eurocêntrica, levou ao chamado *descobrimento* da Américas, produzido pela colonização espanhola e portuguesa (GROSFOGUEL, 2007). Na mesma perspectiva de pensar a colonização, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 14) afirmam que “a maioria das análises do sistema-mundo enfocam a divisão internacional do trabalho e das lutas geopolíticas constitutivas dos processos de acumulação capitalista mundialmente”.

O conceito de sistema-mundo aqui utilizado é no sentido de referir-se, assim como Castro-Gomes e Grosfoguel (2007), às ideologias globais de desenvolvimento, cujo centro está no poder colonial articulado a uma hierarquia racial/étnica global e suas classificações binárias, em que aparecem tais hierarquias (superior/inferior; desenvolvido/subdesenvolvido; civilizado/selvagem e outras).

Os apontamentos de Grosfoguel (2007) e Castro-Gomes e Grosfoguel (2007) dão pistas de que, na perspectiva de atender as prerrogativas postas pela ocidentalidade (necessidades mercantis das coroas europeias), deram-se os pri-

meiros avanços às fronteiras amazônicas que, a partir de então, passou a ser considerada como o *eldorado* brasileiro, onde os desejos de dominação local, econômico e cultural da ocidentalidade puderam se tornar *realidades*. A Amazônia, além de ser vista como um local paradisíaco capaz de fazer prosperar em riquezas e poder, satisfazia às necessidades do *hipotético* sistema-mundo idealizado pelos colonizadores europeus. Densos argumentos da geógrafa brasileira Berta Becker (2005, p. 72) mostram que

A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana.

A história da colonização amazônica, como também mostra Bentes (2006), infere que o processo de ocupação da Amazônia, especificamente a Amazônia brasileira, está arraigado a diferentes momentos, sendo constituídos de três períodos, sendo estes conhecidos como

o período de reconhecimento e descrição do universo fantástico a partir do século XVI; o período de integração em fins do século XIX e o período de colonização e expropriação desencadeado a partir da segunda metade do século XX (BENTES, 2006).

O período fantástico corresponde às primeiras imagens da Amazônia, considerada um suposto *paraíso* terreno descrito por *aventureiros* europeus que acreditavam ter localizado o paraíso na terra, “um lugar fantástico, ou ainda, a entrada principal do jardim do Éden” (GONDIM, 2006). A esse respeito Gondim (2006, p. 52) aponta que,

O fascínio da visão inaugural completa-se com o prodígio da terra e a temperança do ar. Terras e céus – o alto e o baixo – se encontram na diversidade do espetáculo novo e se unem em um todo harmonioso de vales, rios, montes, selvas, fontes, colinas, distribuídos em espaços ilimitados, ocupados por homens, feras, raízes curativas e alimentícias, mares piscosos, árvores frutíferas, ouro, pérolas. A ante-sala do Éden tem sua antítese no Velho Mundo.

As descrições fantásticas a respeito da Amazônia e dos potenciais econômicos igualmente fantásticos desses espaços, trouxeram um contingente substancial de pessoas a esta parte do Brasil. Sobre a existência e passagens de Europeus pelos territórios amazônicos Holanda (2000, p. 31), descreve que,

Foi às beiradas daquele riomar, porém e quando pela primeira vez na História um bando de espanhóis o cursou em sua maior extensão até chegar a em boca-dura, que elas vieram a ganhar corpo. Tendo saído do Quito em 1541 rumo ao imaginário país da Canela, Francisco de Orellana e seus companheiros, antes de alcançar o Maxifaro e a terra dos Omagoa, foram avis-tados pelo velho cacique Aparia de que, águas abaixo, no grande rio, se achava Amazonas.

Também Bentes (2006), com relação às primeiras imagens da ocupação da Amazônia brasileira, afirma que “a primeira tentativa de penetrar no interior da atual Amazônia foi feita pela expedição de Alonso Mercadillo, em 1538, com o objetivo de conquistar as riquezas que se imaginava existir nos territórios dos índios Chupacho e Iscaicinga, nas vertentes orientais dos Andes” (BENTES, 2006, p. 9). As descrições e afirmativas postas mostram que o processo histórico da colonização amazônica, a princípio, deu-se com o objetivo de exploração comercial e territorial que pudesse alimentar as ambições mercantis da Europa. As primeiras visões da Amazônia foram marcadas pelas descrições fantásticas e da comparação dos espaços observados ao paraíso historicamente descrito nas narrativas literárias Europeias.

O período de integração em fins do século XIX refere-se, entre outros momentos, ao chamado *ciclo da borracha*. A produção da borracha deu início

ao desenfreado povoamento de pessoas não indígenas na Amazônia brasileira. Cabe salientar que a borracha é um tipo de goma elástica extraída da seringueira, árvore nativa da região amazônica, também conhecida cientificamente de *Hevea brasiliensis*. A seiva que a seringueira produz é a matéria prima da borracha, denominada látex ou seringa (FONSECA, 2008). O extrativismo descomedido do látex amazônico ficou conhecido como “primeiro e segundo ciclos da borracha” (FONSECA, 2008).

O primeiro ciclo aconteceu no início do século XIX, período em que a extração da borracha fazia parte da economia da região, sendo considerada uma “atividade artesanal, e secundária, na economia da região, que era a produção de artigos de borracha para a exportação” (FONSECA, 2008, p. 62). Era um importante produto artesanal extraído no Brasil e comercializado em outras partes do mundo, sendo a matéria prima para fabricação de artefatos de exportação, tais como, botas, seringas e outros produtos impermeáveis, entretanto, sua qualidade ainda era baixa, pois amolecia com o calor e endurecia com o frio, quebrando facilmente, o que prejudicava a comercialização do produto.

Com o passar do tempo, já no considerado segundo ciclo da borracha, o látex extraído passou a ser vulcanizado¹, e isso incorreu no aprimoramento

¹ Vulcanizar é combinar a borracha com o enxofre para torná-la mais resistente ao calor e ao frio, mantendo sua elasticidade (FONSECA, 2008, p. 62).

do produto. A borracha passou a ser utilizada na fabricação de “pneus de carros e bicicletas; mangueiras de água e capeamento de fios elétricos, além os tradicionais impermeáveis” (FONSECA, 2008, p. 62). A borracha aparece no cenário brasileiro como um fator de economia muito forte, entretanto sua produção foi controlada e monopolizada pelo capital estrangeiro que viabilizava desde o contingente humano – os seringueiros que faziam a extração do látex na floresta e a comercialização do produto para as grandes indústrias nacionais e internacionais.

A partir do que expõe Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 14), entendemos que a maioria das análises do *sistema-mundo* enfoca a divisão internacional do trabalho e das lutas geopolíticas constitutivas dos processos de acumulação capitalista mundialmente; nessa perspectiva, a exploração econômica e cultural da Amazônia brasileira foi um dos aportes do consumo gerado pelo *sistema-mundo*.

A manifestação da colonização vinculada ao sistema-mundo pode ser observada no trecho da obra literária – poesia de cordel intitulada *O cançãoeiro do Vale do Madeira* do poeta portovelhense Doca Brandão. Na obra, o poeta, ao retratar épocas dos seringueiros, mostra a forma de exploração do sistema-mundo em vários aspectos. Assim declama: “E a borracha aparece; No cenário brasileiro; Mas sua produção é controlada; Pelo capital estrangeiro; Que tudo monopoliza; Da colheita ao

fornecimento; Pelo sistema dominante; De crédito e aviação” (BRANDÃO, 2000, p. 31).

O trecho do poema de Doca Brandão dá pistas de como o processo de colonização da Amazônia brasileira foi intenso, principalmente com relação à exploração da mão de obra dos trabalhadores nos seringais.

A colonização das áreas ocupadas por seringais não ocorreu de forma pacífica, tendo em vista que a maioria das terras onde se localizavam as florestas exploradas pertencia a grupos indígenas. À medida que os seringais avançavam em busca da borracha, ocorria expropriação dos povos originários, que, ou ficavam desalojados de suas terras, ou submetiam-se ao trabalho nos seringais. Os grupos que recusavam abandonar as terras ou servir de mão de obra nos seringais entravam em conflitos com os seringueiros. Foi assim que “os indígenas ilegalmente escravizados, ou semiescravizados, passaram a ocupar os seringais” (FONSECA, 2008, p. 65) para servir de mão de obra na extração da seringa. Fonseca (2008) mostra que os indígenas foram importantes para a formação dos ciclos de exploração da borracha, pois eram conhecedores das matas e sabiam a exata localização das árvores.

Se de um lado, o processo de ocupação e exploração da borracha amazônica se constituiu com profundos impactos sobre as populações nativas, é possível dizer que do outro, ou seja, da captura e seleção de mão de obra para o suposto enfrentamento da floresta,

não foi diferente. Narrativas produzidas a respeito do tema inferem que

Os nordestinos arregimentados não tinham a menor ideia do que era o trabalho nos seringais. Adoeciam e morriam com facilidade. Demoravam a se acostumar à solidão e à lei da mata. O alfaiate João Rodrigues Amaro, 72 anos, se arrependeu antes de chegar. Mas já era tarde demais. Aos 17 anos ele deixou Sobral só com a passagem de ida. A Campanha da Borracha uniu o útil ao útil. Em um ano de seca, encontrou no Nordeste um exército de flagelados pronto para partir, ou melhor, fugir. Nos postos de arregimentação, um exame físico e uma ficha selavam o compromisso. Para abrigar tanta gente – às vezes mil em um único dia –, o jeito foi construir alojamentos, como a hospedaria modelo, de nome Getúlio Vargas, em Fortaleza. Lá, eles passavam a viver até o dia da viagem, sob um forte regime militar. (ARAÚJO, 2008, p. 02).

Em meio à ação colonizatória da Amazônia Legal brasileira, o processo de ocupação do estado de Rondônia – antes Território Federal do Guaporé, espaço pertencente à Amazônia brasileira, não foi diferente dos outros contextos de ocupação; entretanto esses processos podem ser considerados ainda mais intensos com a chegada das frentes de exploração do território pelo governo

nacional, principalmente com a criação da comissão que tinha o objetivo de *desbravar*, percorrer e integrar a região Amazônica ao restante do país. “Durante o ciclo da borracha, todo o vale do rio Madeira e parte do vale do Guaporé formaram colônias de estabelecimentos rurais destinados à coleta da seringa, os seringais” (FONSECA, 2008, p. 65).

O estudo sobre a localização das terras indígenas do Estado de Rondônia, realizado por Santos (2014a) mostra que Rondônia está situada ao norte do Brasil, especificamente na área pertencente à Amazônia Legal. Seus limites geográficos estão entre norte e a oeste com os Estados do Amazonas e Acre, bem como a leste com o Estado do Mato Grosso, fazendo divisa ao sul com a República da Bolívia, possuindo uma área de 237.590,543 (km²) (SANTOS, 2014a).

O Estado possui 52 municípios, sendo capital a cidade de Porto Velho. A população em 2010 era 1.562.409 habitantes, 12.015 indígenas (IBGE, 2010). No ano de 2013 a população estimada foi de 1.728.214 habitantes, não sendo identificadas estimativas para o número de indígenas. (SANTOS, 2014a, p. 37-38).

Tais dados encontram-se atualizados em 2015, sendo comprovado um aumento significativo em sua população demográfica. Consta em 2015 uma estimativa de 1.768.204 habitantes (IBGE, 2015).

O grande fluxo migratório de outras regiões do país, em decorrência da

extração da borracha e posteriormente, na década de 1970, com vistas na ocupação da Amazônia, acabou gerando conflitos em decorrência das disputas pelos espaços entre grupos indígenas que disputavam territórios entre si e isoladamente, ou em conjunto, contra a ocupação e apropriação dos não indígenas sobre suas terras. De acordo com Santos, (2014a, p. 43)

[...] a ocupação de Rondônia foi marcada por conflitos entre modos diferentes de organização social da vida e de apropriação sobre os recursos naturais entre indígenas e não indígenas. Antes do contato, os povos indígenas viviam seus conflitos interétnicos com pouca interferência sobre o meio onde abundava as florestas densas.

Registros produzidos por Souza e Pessoa (2009), inferem que

A produção do espaço amazônico e, especificamente, do estado de Rondônia, apresentou como características fundantes a expropriação e a violência. Para o território rondoniense, em especial, a Marcha para Oeste foi sinônimo de degradação do homem e do meio natural. Os grupos indígenas, que já vinham sendo gradativamente exterminados, a partir da década de 1960, com a colonização agrícola, passam a sofrer um impacto potencializado da relação com a Civilização do

capital. (SOUZA; PESSOA, 2009, p. 02).

As atividades econômicas marcadas pela exploração/extração da borracha na região amazônica provocou grande fluxo migratório de outras regiões do Brasil. No Estado de Rondônia, “destacam-se os seringais como atividade econômica que marcou um período de intensas movimentações de não indígenas” (SANTOS, 2014a, p. 34) na região.

A colonização do Estado de Rondônia desencadeou processos de expropriação territorial e cultural dos povos originários, habitantes da região. Os indígenas serviram de mão de obra escrava nos seringais e, quando se recusavam, eram expulsos de suas terras, forçados a migrar para os territórios de outros grupos indígenas, o que causou conflitos e tensões entre alguns grupos étnicos amazônicos. A esse respeito, M. Arara (2015) relata que “o seringal ficava do lado dos índios e, em troca da mão de obra, estes recebiam dinheiro, tecido, gado e cachaça. Os Arara trabalhavam mais com o Firmino, o maior seringal era o Santa”. Também é o caso dos Gavião-Ikolén que, ao se verem expulsos de seus territórios pelos colonizadores/seringueiros e seringalistas, adentraram o espaço territorial dos Arara-Karo. Assim conta M. Arara (2015):

Os Gavião vieram recuados do Mato Grosso, os brancos entraram na terra deles e não quiseram mais devolver, eles vieram para cá e lutaram com os Arara para ficar na terra dos

Arara. [...] há pouco tempo que a gente conversa, depois que nós tivemos um pouco de estudo, nós, eu e o Sebastião conhecemos a história e falamos para a comunidade, não vamos ficar o resto da vida brigando, vocês acolheram eles e vamos ficar os dois povos na terra, então para que ficar lembrando uma coisa que já foi [...], agora esta tudo em.

Devido ao processo de colonização, as duas etnias disputaram os mesmos espaços territoriais, sendo que, atualmente Arara-Karo e Gavião-Ikolén dividem e habitam a mesma Terra Indígena – T.I Igarapé Lourdes. Ao descrever parte da história de ocupação do espaço Amazônico, chama-se a atenção para o fato de que essas ocupações se deram em territórios anteriormente ocupados por grupos indígenas.

A conquista territorial na Amazônia desencadeou um processo de *amansamento* indígena, embora essas populações pudessem sentir-se livres, essa liberdade representava apenas certa formalidade convencional, pois não passava de condições impostas pelos colonizadores. Nessa perspectiva, [...] todo o processo de ocupação da Amazônia tem representado uma usurpação dos territórios [...] indígenas, [...] era e é a estratégia geopolítica do confisco sumário pela força desses territórios [...] (OLIVEIRA, 1990, p. 103).

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001), a exploração dos territórios in-

dígenas na região Amazônica facilitou a ocupação das áreas indígenas, o que impulsionou o intenso fluxo migratório das populações advindas das diversas regiões do Brasil, ocorrendo, assim, mais ataques e novas chacinas contra as comunidades indígenas, já bastantes pequenas. Nesse sentido, as populações indígenas foram vítimas de grileiros, posseiros, garimpeiros e seringueiros, que, com ameaças e ataques, afugentavam os indígenas para outros locais, ocupando assim suas terras.

Independente da época, o fato é que o contato provocou a quase dizimação das etnias aqui existentes, pois, além dos conflitos pela posse das terras, houve a propagação de doenças entre essas populações. Assim relata M. Arara (2015): “Na época quando eles (os mais velhos indígenas) tiveram contato com os brancos, eles sofreram muito, foi o tempo que chegaram as doenças e eles não eram acostumados. Para eles aquilo era uma coisa nova. Para curar as doenças era só o pajé, nesse tempo adoeciam dois, três de uma vez só, assim eles foram morrendo”. Assim, “Os Arara passaram a viver em regime de semi-escavidão, trabalhando nos seringais, o que provocou o total desaldeamento daquele povo” (PAULA, 2008, p. 27). Esses acontecimentos ressignificaram os modos de vida da etnia em questão.

Fatos como os mencionados ocorreram com a maioria das populações indígenas que ocupavam as margens do Rio Machado. A chegada da Linha Telegráfica contribuiu para com o po-

voamento não indígena em Rondônia e provocou o afastamento de algumas populações indígenas que se migraram para outras localidades. No contexto de Ji-Paraná, os povos que mais sofreram com o processo de colonização foram os Arara-Karo e os Gavião-Ikolen. Neves (2009, p. 25) explica que “Os Arara-Karo e Gavião-Ikolen são sobreviventes desses tempos, testemunhas das situações difíceis, confusas e violentas pelos quais passaram e que ainda são lembradas nas narrativas orais”.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA COMISSÃO RONDON NO SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, RONDÔNIA

Conforme mencionado, a proposta dessa discussão é pensar a respeito do processo de colonização da Amazônia brasileira em consonância com a história e constituição do povo Arara-Karo. Tendo em vista os aspectos demográficos e históricos da região amazônica, abordamos a história a partir dos avanços da Comissão Rondon, em 1908, período em que foi dado início à construção da linha telegráfica que cortava todo o estado de Rondônia, permitindo então, a abertura da BR-364, que favoreceu o fluxo migratório para Rondônia o resultou no povoamento não indígena nesse território.

O surgimento da cidade de Ji-Paraná começou em 1879, com pessoas advindas da região do Nordeste brasileiro, que, ao fugirem da seca, se insta-

laram nessa região dando-lhe o nome de Urupá em função da etnia indígena Urupá que habitava o atual município de Ji-Paraná (NEVES, 2009). Registros históricos indicam que no dia “13 de Novembro de 1908, chegou o grupo de Rondon ao cruzamento do paralelo 11 e meridiano 20. Pelas cartas deviam estar próximo a cabeceira do Jacyparaná [...] neste trecho da expedição, encontraram Miguel Sanka empregado nos seringais de Urupá, no rio Machado ou Ji-Paraná [...]” (FRANCO; LACOMBE, 2001, p. 96). Como mostra Franco e Lacombe (2001), a comitiva Rondon chegou à região onde atualmente se localiza o município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, local antes habitado por indígenas, inclusive os Arara.

A afirmação de que havia presença de não indígenas – seringueiros na localização da atual cidade de Ji-Paraná já no século XIX é mostrada por Teixeira e Fonseca (2001, p. 103) quando afirmam que

[...] a partir de meados do século XIX e durante todo o primeiro ciclo da borracha, a oportunidade de colonização permanente da região do Guaporé e do Madeira viria concretizar-se e as margens dos rios Madeira, Ji-Paraná, Machado, Mamoré e Guaporé que foram ocupadas por grupos isolados de seringueiros.

Isidoro (2006) afirma que os Arara-Karo habitavam o local onde hoje se encontram instalados: Museu,

teatro Dominginhos, Matriz de São João Bosco; os Bancos – Bradesco, HSBC, Brasil e Itaú, além de comércios e praças que fazem parte do centro da cidade de Ji-Paraná. Para Isidoro (2006, p. 16) as terras tradicionais dos Arara-Karo

[...] correspondem a quase todo o território do Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. Segundo esses indígenas, havia uma grande maloca que se localizava no centro da atual cidade de Ji-Paraná, onde hoje se encontra uma das primeiras construções oficiais do município. Tal construção serviu de posto telegráfico e de alojamento para Marechal Cândido Rondon e sua comitiva no início do século XX. Nos dias atuais, funciona um museu que recebeu o nome de Marechal Cândido Rondon.

Outro documento importante sobre o processo ocupacional da região por não indígenas é descrito por Roquette-Pinto (1935), para quem, no início do século XX, a comissão Rondon “chegava às margens de um rio que se pensava ser o Jaci-Paraná, onde deveriam encontrar uma expedição enviada para esperá-lo. Mas, um erro existente nas melhores cartas, tinha-o feito chegar ao Jamari [...] todavia já caminhavam em zona de Seringueiros: havia recursos” (ROQUETTE-PINTO 1935, p. 56-57). Os documentos assinalam que, durante os séculos XIX e XX, havia indícios de que alguns seringueiros já habitavam a região.

A comissão Rondon veio contribuir com o processo de ocupação não indígena no Estado de Rondônia.

Com a chegada da rede telegráfica, a cidade passou a ser chamada de Afonso Pena, em homenagem ao presidente da época, posteriormente, passou a ser chamada de Vila de Rondônia, por último Ji-Paraná em homenagem ao rio Ji-Paraná, posteriormente o mesmo rio passou a ser denominado Rio Machado, nome atual. Diante das demarcações, principalmente dos pontos telegráficos – objetivo da Comissão Rondon, foram surgindo diversos povoados que se tornaram atualmente amplos espaços urbanos, entre estes, a cidade de Ji-paraná, que se urbanizou intensamente a partir da instalação de um posto telegráfico, ocupando territórios antes habitados por indígenas, inclusive os Arara-Karo, etnia sobre a qual buscaremos discorrer.

4 “NÓS ARARA”: OS KARO-RAP DE RONDÔNIA

A partir do campo teórico dos Estudos Culturais, o conceito de identidade tem nos inspirado a perceber as diversas formas nas quais os sujeitos se enredam, produzem e transitam para representação e identidade. Trata-se de uma visão que busca ver as várias formas da “produção não daquilo que nós somos, mas daquilo que nós nos tornamos” (HALL, 2013, p. 109) no decorrer da nossa história. Também com aporte em Bauman (2005), entendemos que a identidade é algo que afeta as estruturas

da sociedade. As estruturas às quais Bauman (2005, p. 11) se refere, envolvem a “produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro”. Esse pensamento se dá “precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso [...]. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença [...]” (HALL, 2013, p. 109).

Os autores apontam que as identidades não são um fato concluído, mas uma produção inacabada, que pode ser (re)negociada sempre dentro, e não fora das representações discursivas. Nesse sentido, entendemos, assim como Hall (2013) e Bauman (2005), que a identidade não pode ser vista de forma *inteiriça*, fixa, mas sim como algo que se produz, se modifica nos contextos sociais e culturais e que vão sendo assumidas no decorrer da história de vida de cada sujeito. Nesse modo de pensar, cabe-nos descrever a produção identitária do povo Arara-Karo ou Karo-Rap/*Nós-Arara*, como preferem ser chamados.

Nas últimas décadas, algumas pesquisas etnográficas foram desenvolvidas junto ao povo Arara-Karo; desses estudos, alguns consistiram em entender e registrar a fonologia da língua Karo (GABAS, 1989). O idioma Karo até 1898 ainda não havia sido registrado, como assegura Gabas (1989, p. 8), sendo que os pesquisadores Nimuendaju (1925), Rondon (1948), Lévi-Strauss (1950) e Schultz (1955) foram os primeiros etnólogos a documentarem o idioma Karo

através de pequenas listas de palavras apenas.

O registro e sistematização fonológica da língua Karo foi efetuado, somente em 1989, por Gabas. Pelo que afirma Gabas (1989), os estudos referentes a esse grupo étnico pelos etnógrafos acima citados eram voltados aos fatores sociais, econômicos, culturais, de localização dentre outros, do ponto de vista da modernidade. Em tais estudos, a língua Karo aparecia mais na forma oral, contudo o primeiro registro fonológico da língua Karo foi no ano de 1989, realizado por Gabas, linguista pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Vale ressaltar que, assim como Gabas, os autores por ele explicitados não são da região onde se localiza a etnia Arara, mas de outras localidades do Brasil e até mesmo da Europa.

Posterior à pesquisa de Gabas (1989) sobre a fonologia da língua Karo, outros estudos realizados por pesquisadores locais foram fundamentais para a compreensão da história do povo Arara-Karo. No ano de 2006, Isidoro buscou verificar a situação sociolinguística da etnia em questão e aponta a língua Karo como forma de interação social e afirmação identitária dos Arara-Karo, além de mostrar algumas relações sociais e econômicas que influenciam na constituição linguística desse povo. Em 2009, Neves, outra pesquisadora local, produziu dados empíricos a respeito da cultura escrita no contexto indígena na terra Indígena Igarapé Lourdes, local onde residem os Arara-Karo e os Gavião-Ikolen.

Tal pesquisa documentou e investigou o processo de aquisição da cultura escrita junto às etnias citadas. Nas duas pesquisas locais, aparece a localização, o contexto histórico de colonização, bem como a relação do povo Arara-Karo com a língua materna, o idioma Karo da família Rarárama de tronco tupi, entre outros elementos fundamentais que nos mostram os Arara-Karo de Rondônia.

Os estudos aqui mencionados sobre os Arara-Karo de Rondônia trouxeram elementos importantes constitutivos da história do povo Arara-Karo. De modo geral, aparecem importantes informações a respeito do grupo pesquisado e nos ajudam a conhecer a história do povo em questão, possibilitando-nos novos olhares, novas interpretações. As pesquisas citadas nos auxiliam conhecer a constituição identitária do povo Arara-Karo em meio ao processo da colonização ocidental da Amazônia, foco neste excerto.

Os Arara-Karo de Rondônia também são autodenominados como *Karo-Rap*, que significa *Nós Arara* (ISIDORO, 2006). Sobre a constituição do povo Arara-Karo, Sebastião Kara'yã Péw Arara Gavião, ao ser entrevistado por Neves (2009, p. 2) narra:

Somos um povo indígena, cada um de nós tem um nome diferente. Nossa autodenominação é “Karo Rap” que significa Povo Arara. Surgimos de uma pedra retirada na beira do rio. De dentro da pedra surgiu o primeiro ser humano (Arara) e

depois todos os outros. Fomos chamados de Arara porque usamos muito urucum no corpo durante as festas. Os não indígenas nos achavam parecidos com a cor das penas de arara e assim passaram a nos chamar.

O Arara-Karo é um povo falante do idioma Karo, preza pela manutenção da língua materna. É provável que o idioma Karo seja o único idioma da família linguística Ramaráma de tronco Tupi no Brasil, pois, como afirma Gabas (1989, p. 8) “[...], o Karo e o Itogapúk são os únicos membros sobreviventes, uma vez que os Urumi e o Ramaráma já desapareceram”. Para Gabas (1989), a comunicação entre os Arara-Karo no contexto da etnia (em reuniões do grupo, conversas entre os pares Arara e outros momentos) é feita exclusivamente na língua Karo, ficando a língua portuguesa para a comunicação fora do contexto Arara ou em conversas com não indígenas. Mesmo em rodas de conversas em que estão presentes os Arara-Karo e não indígenas, a comunicação entre os pares ocorre na língua Karo e, em português, com os demais (GABAS, 1989). Assim afirma:

Com relação à situação linguística dos Arara, pude constatar que ela é bastante homogênea: na comunicação entre eles é usado exclusivamente o idioma Karo. Apenas nas situações de interação com o branco (chefe do posto, encarregado da FUNAI, comerciantes de Ji-Paraná, etc.) a língua é

falada em português, sendo os homens seus únicos falantes usuários – embora as mulheres entendam bem o português, elas não a falam. (GABAS, 1989, p. 10).

Buscamos em Lopes (2010) a afirmação de que as identidades se constroem (ou são assumidas) por meio do processo de construção dos significados linguísticos, de modo que os indivíduos vão se produzindo, vão construindo suas identidades. Os Arara de Rondônia, ao se assumirem Karo-Rap ou *Nós Arara*, afirmam suas identidades étnicas, locais, territoriais, linguísticas e outras identidades.

Os Arara-Karo habitam a Terra indígena (TI) Igarapé Lourdes, localizada na região do Município de Ji-Paraná, Rondônia, e se divide em duas aldeias, Iterap e Paygap. Na aldeia Iterap,

[...] as pessoas estão distribuídas em pequenos núcleos, distantes entre 300 e 800 metros uns dos outros, compostos por várias casas que contém, cada uma, uma família nuclear que compartilha com as demais um *terreiro* e uma cozinha. Cada núcleo comporta um casal mais idoso, seus filhos e filhas solteiros, filhos recém-casados com suas esposas e filhos e, mais raramente, filhas recém-casadas, configurando uma família extensa distribuída em várias casas contíguas. (SANTOS, 2014b, p. 155, grifo da autora).

Santos (2014b, p. 156) ainda afirma que a aldeia Paygap é menor, habitada pela família (pais, irmãos e irmãs da esposa) do cacique da aldeia, senhor P. Arara², entretanto a organização nuclear das famílias ocorre da mesma forma que a Iterap, onde o “[...] esquema de residência em casas compostas por famílias nucleares se repete, mas as casas são bem mais próximas umas às outras e, embora os descendentes do cacique sejam maioria e ocupem mais casas, o discurso de que ali vive uma só família é bem difundido”.

De acordo com Paula et al. (2010), os integrantes da aldeia Pajgap se deslocaram da aldeia Iterap como forma de proteção à terra indígena “das constantes invasões dos migrantes que se dirigiam para Rondônia na década de 1980” (PAULA et al., 2010, p. 1). Era uma estratégia para não serem atacados todos de uma única vez, dando-lhes a chance de proteção. Nas duas aldeias, vive em média uma população de pouco mais de trezentas e quarenta e seis pessoas³, sendo cento e oitenta mulheres e

² P. Arara é cacique da aldeia Paygap, “Há cerca de dois anos, os diversos núcleos residenciais de Iterap solicitaram à FUNAI o reconhecimento como aldeias independentes e “elegeram”, cada um, um cacique”, conforme afirma Santos (2014b, p. 139, 156). Atualmente os caciques são P. Arara cacique da Paygap e M. Arara da Iterap.

³ Informações fornecidas pela Cacique M. Arara em conversa no dia 22 de abril de 2015, na sala do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) no âmbito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

cento e sessenta e seis homens, além de quatorze crianças na faixa etária de nove anos e quarenta e nove crianças entre dez e quatorze anos. As demais faixas etárias não foram informadas.

De acordo com Instituto Socioambiental (ISA, s.d.), dois terços dessa população vivem na aldeia Iterap e os demais na aldeia Paygap. A cidade mais próxima das duas aldeias é Ji-Paraná, que se encontra cerca de setenta km de distância, por rodovia, da aldeia mais distante – a Iterap, ou três horas de barco descendo pelo Rio Machado e subseguido pelo Rio Prainha (que deságua no Machado). Para a aldeia Paygap, o acesso é por terra e fica aproximadamente a cinquenta km de distância da cidade.

Vale ressaltar que a T.I. Igarapé Lourdes também é ocupada pela etnia Gavião, com quem os Arara mantém *relações instáveis* (SANTOS, 2014b, p. 147), sendo que as duas etnias – Arara e Gavião dividem o mesmo território. Santos (2014b, p. 138) afirma que “[...] os Arara habitam desde tempos imemoriais a bacia do Rio Machado, afluente da margem direita do Rio Madeira, no estado de Rondônia, e compartilham com os Gavião a Terra Indígena Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná].

A área total da TI Igarapé Lourdes tem aproximadamente 190.000 hm² de extensão, e cerca de um terço dessa área pertence aos Arara-Karo. A respeito da localização das terras indígenas pertencentes aos Arara-Karo na década de 80, Gabas (1989, p. 8) assim descreve:

Os Arara vivem, juntamente com os Gavião e alguns Zoró, na área indígena Igarapé Lourdes, na região centro-leste de Rondônia. A área compreende três aldeias distintas: a do Lourdes, onde vivem apenas índios Gavião, a de Nova Colina (ou Ikolén), onde vivem Gavião, Zoró e apenas um Arara; e a aldeia da Triangulina (ou Iterap), onde vivem os Arara.

Gabas (1989) denomina de aldeia Triangulina a aldeia Itepap, local onde residem parte dos Arara-Karo. Vale ressaltar que Triangulina foi uma empresa (rede de supermercados que não existe mais) em Ji-Paraná e demais municípios de Rondônia na década de 1980. Seus donos possuíam, além do comércio, grandes áreas de terras (fazendas) nas redondezas de Ji-Paraná, portanto, suas terras cercavam a aldeia Iterap que ficou conhecida como aldeia da Triangulina. Conforme explica Gabas (1989),

A aldeia da Triangulina é formada por duas sub-aldeias distintas: a do “centro” – denominação do chefe do posto e dos próprios índios – localizada mais ao centro da área, d onde os Arara extraem os principais produtos (borracha, caucho e castanha) que comercializam na cidade de Ji-Paraná; e a aldeia do “posto” localizada o sul da área, próximo à desembocadura do Igarapé Prainha no rio Machado (ou rio Ji-Paraná), onde se localiza o posto da aldeia. (GABAS, 1989, p. 9).

A respeito da localização do povo Arara na atualidade, M. Arara (2015), em uma de suas narrativas, conta que somam nove aldeias distribuídas em torno da aldeia central, a Iterap 1:

Hoje nós temos aqui um total de nove aldeias Araras. Aqui onde estamos é a aldeia e Iterap¹, no alicate é a aldeia Iterap 2, tem a aldeia do Chapinha que é a Prainha, tem aldeia do Pelado, aldeia Cafezinho, a aldeia Patuusal, aldeia Cachoeirinha, aldeia Postinho e a aldeia Galhada. A única aldeia que tem uma escolinha é a Prainha, de todas as outras, as crianças vem estudar aqui na Iterap 1.

A descrição do espaço onde se localizam as aldeias do povo Arara-Karo, realizada no ano de 1989, leva à compreensão de que, possivelmente, o que o autor chama de *Triangulina* pode ser uma das fazendas pertencentes ao dono da rede de supermercados na época, podendo ser considerada hoje a mesma fazenda M. P.⁴, que cerca parte das T.I do Igarapé Lourdes, especificamente a aldeia Iterap, onde vivem parte dos Arara-Karo, conforme observado e registrado no caderno em campo, em dezembro de 2015:

O acesso via estrada de chão às Terras Indígenas Igarapé

Lourdes, especificamente à aldeia Iterap é restrito. Parte da Terra Indígena Igarapé Lourdes é cercada por várias fazendas. Entre as fazendas, há uma grande área de terra conhecida pelo nome de seu proprietário M. P. A fazenda M. P. cerca parte das Terras Indígenas (TI) do Igarapé Lourdes. Há cercas de arame liso e farpado com várias porteiras de madeira e arame que broqueiam o caminho, mas não estão trancadas [...]. (ALVES, 2015⁵).

Com relação à descrição acima, M. Arara relata que as porteiras ficavam trancadas com cadeados e, para o acesso à Terra Indígena, era preciso se deslocar a pé até a sede da fazenda para retirar as chaves das porteiras com o capataz e devolvê-las em seguida, o que causava transtornos aos indígenas e demais pessoas que transitavam na região. M. Arara afirma que isso ocorreu por muito tempo, até que houve um desentendimento entre um indígena Arara e o capataz da fazenda por conta da insatisfação do indígena com tal situação. Nessa ocasião, o indígena Arara foi assassinado pelo capataz da fazenda, o que causou revolta na comunidade. A partir de então, as porteiras passaram a ficar escancaradas ou apenas encostadas, sem necessidade de chaves para abri-las. O relato de M.

⁴ M. P. refere-se às iniciais do nome do proprietário da fazenda que cerca a T.I Igarapé Lourdes. A fazenda tem o nome do dono.

⁵ Trata-se de resultados parciais (ainda não divulgados) da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco – PPGE/UCDB.

Arara nos conta um pouco de suas angústias como mulher e liderança indígena frente à situação de tomada das terras de seu povo.

A respeito das implicações da colonização ocidental no contexto do povo Arara-Karo, M. Arara relata que foi um processo de muito sofrimento. Assim narra:

Os não indígenas mataram nossos parentes e os que sobraram contam essa história de sobrevivência, os velhos contam que sofreram muito, andaram muito. Até na minha época mesmo, nós vivíamos andando, não era como hoje. Nós moramos muito tempo no seringal, nossos pais cortavam seringa depois de muito tempo é que nós viemos para cá. (ARARA, 2015).

Segundo M. Arara, no processo de colonização ocidental na Amazônia brasileira as mulheres Arara-Karo sofriam nos/com os conflitos. Os homens iam para as frentes de batalha em defesa das terras e das vidas Arara-Karo e as mulheres que ficavam nas aldeias eram violentadas pelos não indígenas. Muitas crianças, na época dos conflitos por terras, ficaram órfãs ou foram deixadas para trás nas fugas, sendo que muitas delas acabaram sendo *adotadas*, criadas pelos não indígenas seringueiros da região.

Às vezes, a pessoa adoecia e eles (os parentes) largavam para trás, se escapar, escapou, então era assim, ninguém fica-

va parado em um canto. É por isso que esses meninos que eram criados com o branco foram largados, não é que os parentes não gostavam, mas estavam eles correndo perigo e largavam as crianças. [...] Aprendi muito com a minha mãe, todo tempo fui curiosa, eu perguntava: Como que era isso? Porque matavam crianças que nasceram deficientes? Ela me respondia que antigamente eles estavam sempre fugindo e, às vezes, largavam às crianças que estavam doentes. De repente vinha um invasor que os atacava e eles tinham que fugir. De todo jeito as crianças iam morrer e quando a mãe morria, eles (os parentes indígenas) matavam as crianças porque não tinham como cuidar. Algumas crianças que escaparam foram adotadas por alguns seringueiros. (ARARA, 2015).

Os relatos de M. Arara narram suas angústias de mulher indígena que busca compreender a história do seu povo em meio ao processo de colonização na Amazônia. Fatos como os narrados possibilitam a compreensão de que as lutas pelas terras foram um dos movimentos marcantes para a constituição identitária do povo Arara-Karo. Assim entendemos que o território Arara é muito mais que apenas terras onde retiram alimentos ou recursos para subsistência, mas um local de cultura, de afirmação identitária e constituição do próprio povo Arara.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostra que o norte se apropriou das riquezas dos países do sul por meio da exploração e dominação. No caso da Amazônia brasileira, isso pode ser observado com relação à tentativa de extermínio dos povos indígenas a partir da expropriação territorial e cultural dos mesmos no período de colonização. Os autores da modernidade/colonialidade nos dão pistas de que a colonialidade global ainda permanece e não pode ser vista ou reduzida à presença ou ausência de administradores coloniais.

A eliminação das administrações não elimina a descolonização do mundo, inclusive dos povos indígenas. Ou seja, acreditar em um mundo pós-colonial significa dizer que já não ocorrem processos colonizatórios, porém as múltiplas e heterogêneas estruturas de poder relacionadas aos mais de 500 anos de história do Brasil não se evaporam com a não presença dos administradores coloniais. As lutas contra as novas formas de colonização e as lutas antirracistas,

étnicas, de gênero e outras, contra a supremacia branca europeia podem servir para unificar os povos contra o inimigo comum: o sistema-mundo.

Com relação ao processo de colonização da Amazônia brasileira e suas implicações na constituição do povo Arara-Karo, é possível perceber que a intensificação e o interesse pela região Amazônica se deram não apenas em função das demarcações de limites, mas, sobretudo, na intenção de tornar o espaço amazônico produtivo para alimentar o mercado de capitais. Com referência a esse processo integracionista, destacaram-se as diversas missões e expedições sobre o território amazônico, como, por exemplo, a comissão Rondon, que, no início do século XX, percorreu grande parte do Norte Brasileiro na tentativa de viabilizar a comunicação, e o deslocamento de pessoas e produtos extraídos da Amazônia, como, por exemplo, a borracha. Em meio ao processo colonizatório, os Arara-Karo foram ressignificando seus modos de vida e reorganizando seus espaços.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A. A. *Caderno de campo* (pesquisa de doutorado em andamento). Campo Grande, MS, PPGE/UCDB, dez. 2015.
- ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 173-194.
- ARARA, Marli. *Entrevista Narrativa* [15 de dezembro de 2015]. Ji-Paraná, Rondônia. Entrevista Concedida à Maria Isabel Alonso Alves.
- ARAÚJO, Ariadne. Batalha da borracha. *Revista Primeira Versão*, Porto Velho, RO, ano VII, v. XXIII, n. 233, set./dez. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BENTES, Dorinethe dos Santos. *As primeiras imagens da Amazônia*. Manaus: Centro Cultural dos Povos da Amazônia, 2006.

BRANDÃO, Doca. O cancionero do Vale do Madeira. In: _____. *Cordel Temático Rondônia História Regional*. Porto Velho: [s.n.], 2000.

CASTRO GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-24.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *Rondônia, sua história e sua gente*. Curitiba: Base Editora, 2008.

FRANCO, Afonso A. de Mello; LACOMBI, Américo Jacobino. *Marechal Rondon*. São Paulo: Três, 2001.

GABAS JR., Nilson. *Estudo fonológico da língua Karo (Arara de Rondônia)*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1989.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 2006.

GROSGOUEL, Ramón. *Descolonizando los paradigmas de la economía política: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global*. Estados Unidos: Duke University Press, 2007. Disponível em: <http://www.manuelugarte.org/modulos/biblioteca/g/ramon_grosfoguel_descolonizando_paradigmas_economia_transmodernidad.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ro>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil*. [s.d.]. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karo>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ISIDORO, Edinéia Aparecida. *Situação sociolinguística do povo Arara: uma história de luta e resistência*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, 2006.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral (Org.). *Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NEVES, Josélia Gomes. *Cultura escrita em contextos indígenas*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, SP, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

PAULA, Jania Maria de. *KARO e IKÓLÓÉHJ: escola e seus modos de vida*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, 2008.

PAULA, Jania Maria de et al. O povo Arara-Karo: entre a produção tradicional e o mercado. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 5. *Anais...* Florianópolis, SC: UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/resumos/GT14-399-392-20100520120935.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

ROQUETE-PINTO, E. *Rondônia*. São Paulo: BPD, 1935.

SANTOS, Alex Mota dos. *Cartografias dos povos e das terras indígenas em Rondônia*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, 2014a.

SANTOS, Júlia Otero dos. Ritual, “cultura” e transformação: a festa do jacaré entre os Arara de Rondônia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niermeyer (Org.). *Políticas culturais e povos indígenas*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014b. p. 135-163.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSOA Vera Lúcia Salazar. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISAS: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 5. *Anais...* Campo Grande, MS: UFMS, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História regional: Rondônia*. Porto Velho, RO: Rondoniana, 2001.

Sobre os autores:

Maria Isabel Alonso Alves: Aluna do Programa de Pós-Graduação (doutorado) em Educação do PPGE/UCDB. **E-mail:** mialonsoster@gmail.com

Heitor Queiroz de Medeiros: Doutorado em Ciências - Ecologia e Recursos Naturais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UCDB. **E-mail:** heitor.medeiros@ucdb.br

Recebido em janeiro de 2016.

Aprovado em abril de 2016.